

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Maria Viviane dos Santos¹

Yasodaria Maria Mota Chagas²

Margarida Maria Pimentel de Souza (orientadora)³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fomentar uma discussão acerca da Inclusão de surdos dentro do sistema regular de ensino, percorrendo sobre as principais dificuldades e perspectivas dessa abordagem de ensino. O mesmo surgiu da necessidade de aprofundarmos alguns conceitos estudados na disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) ofertada com um caráter obrigatório para os cursos de licenciatura da Universidade Federal do Ceará, em cumprimento ao Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005) que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Para tanto, elegemos como procedimento metodológico um estudo de caso em uma escola pública do município de Fortaleza, na qual realizamos observações em uma turma “inclusiva” e entrevista a duas professoras que trabalham nesta área de ensino, seguida de uma pesquisa de cunho bibliográfico. No decorrer da pesquisa constatamos grandes dificuldades que interferem fortemente na real viabilização de uma educação inclusiva para surdos que vão desde a existência de problemas relacionados à falta de preparo dos professores, ausência de subsídios, na escola como um todo e em suas práticas pedagógicas, devido ao grande número de alunos em sala de aula, falhas na interação (professor, alunos, intérprete), ao descaso do poder público que vende uma imagem ilusória de inclusão, como se esta estivesse dissociada da qualidade da educação que se pretende oferecer. A relevância desse artigo não se encontra restrita à comunidade escolar, mas sem dúvida pode despertar o interesse de qualquer outro sujeito, dada a abrangência social da educação, favorecendo-lhe uma visão crítica.

Palavras – chave: Educação de surdos. Inclusão. Interações.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva favorecer uma discussão acerca do modelo de educação inclusiva em nossas instituições de ensino, delimitando-se, especificamente, em discorrer sobre tal proposta educacional, os principais desafios e perspectivas.

A inclusão de alunos surdos no ensino regular é um algo que causa muitas divergências, pois, se por um lado, compreende-se a educação inclusiva como direito, e ao mesmo tempo, como rompimento de segregações e preconceitos, por outro, existem críticas referentes à aprendizagem do aluno surdo que pode ser comprometida, principalmente pelas

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Ceará (UFC).

³ Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC); professora da faculdade de Educação (UFC); coordenadora da disciplina de LIBRAS no Instituto UFC Virtual.

divergências linguísticas entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais, que, como línguas, têm suas peculiaridades até mesmo referentes às suas respectivas culturas.

Nessa perspectiva defendemos uma autêntica educação inclusiva de alunos surdos para além da inserção do mesmo no ensino regular, mas como uma educação que leva em consideração as particularidades de cada indivíduo, favorecendo uma aprendizagem significativa, sem prejuízos na qualidade do ensino oferecido, tanto aos alunos ouvintes como aos surdos.

DESENVOLVIMENTO

Educação inclusiva

Apoiada no ideal de escola para todos, a educação inclusiva vem contrapor o modelo de educação especial que na concepção de alguns autores como Sasaki (1997) e Lacerda (2006) favorecia a segregação e a discriminação.

Para Lacerda (2006), a inclusão advoga o respeito mútuo às diferenças individuais, aspecto fundamental na vida em sociedade. Entretanto, muitos problemas existem na implementação dessa proposta, uma vez que o indivíduo com necessidades especiais traz questões específicas que implicam em um “cuidado” individualizado e revisões curriculares que não ocorrem somente em virtude do esforço do professor, mas dependem de um trabalho de discussão e formação que envolve custos. Aprofundando esta discussão Laplane apud Lacerda (2006, p. 168), discorre que

A fragilidade das propostas de inclusão, neste sentido, residem no fato de que, freqüentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria idéia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes. Assim, o discurso mais corrente da inclusão a circunscreve no âmbito da educação formal, ignorando as relações desta com outras instituições sociais, apagando tensões e contradições nas quais se insere a política inclusiva, compreendida de forma mais ampla.

Nesse sentido, a inclusão no interior das instituições educacionais deve converter as diferenças em espaços que possibilitem a aprendizagem dos educandos, favorecendo o desenvolvimento de qualquer sujeito, seja ele ouvinte ou surdo, como é o caso da inserção de surdos no ensino regular.

Segundo Lacerda (2006), a inclusão de alunos surdos pode se apresentar como algo bastante benéfico aos ouvintes, uma vez que estes têm a oportunidade de aprender a respeitar as diferenças, elaborar seus conceitos sobre a surdez, a língua de sinais e a cultura surda, a partir da convivência e interação com eles. Porém, não pode jamais, à custa desse aspecto, esquecer-se do desenvolvimento do referido educando em questão.

A escola dita inclusiva que se propõe a receber os alunos em questão, não pode se esquecer das dificuldades que esses educandos enfrentam nas questões relacionadas à aquisição da língua portuguesa, por isso devem buscar proporcionar, segundo Lacerda (2006, p.166)

uma cultura de colaboração entre surdos e ouvintes, e que professores e especialistas que participam da atividade escolar constituam uma equipe com tempo reservado para organização de atividades, trabalhando conjuntamente numa ação efetiva de proposição de atividades que atendam às necessidades de todos os alunos. (grifo nosso).

Para Skliar (1998), o fracasso da inclusão de surdos em escolas regulares se dá, muitas vezes, pelo fato de se tentar uma espécie de disciplinamento do aluno surdo, levando-o para o mais próximo possível da realidade dos ouvintes, tanto em nível de aproximação espacial quanto referente à semelhança no desempenho. Dessa forma, a escola dita inclusiva, que deveria resguardar o respeito pela diferença, acaba querendo fazer do surdo uma espécie de caricatura do ouvinte, negando a sua identidade, sua língua materna e sua cultura.

A língua materna do surdo é a língua de sinais e é preciso entender que ela é processada no hemisfério esquerdo do cérebro, assim como quaisquer outras línguas, conforme Hickok *et al.* apud Chaveiro *et al.* (2009, p.1) que sobre isso afirmam “*As Línguas de Sinais são processadas no hemisfério cerebral esquerdo da mesma forma que as Línguas Orais*”.

Para a linguística, as línguas de sinais são completas, complexas e possuem uma abstrata estruturação nos diversos níveis de análise, segundo Chaveiro *et al.* (2009, p. 01)

As Línguas de Sinais são reconhecidas pela Linguística como uma língua viva e autônoma composta por aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos próprios. Por meio dessa língua, seus usuários podem expressar pensamentos simples e também complexos. Nesse processo, eles utilizam a expressão facial e corporal para fazer afirmações, negações, questionamentos, enfatizar, omitir, salientar, demonstrar desconfiança, etc.

Sendo assim, a construção da identidade de uma pessoa surda se deve dar a partir de referenciais sociolinguísticos e antropológicos, como um modelo positivo, que toma como referencial a diferença e não a deficiência.

Nessa perspectiva, a elaboração de propostas educacionais que atendam as necessidades específicas do aluno surdo, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas

capacidades é algo que não pode ser negligenciado dentro de uma proposta inclusiva de educação. Para Tenor (2008, p.38), dentro do paradigma da educação inclusiva

as escolas precisam ser reestruturadas para acolherem as pessoas, quer sejam ou não portadoras de necessidades especiais ou de outras características atípicas. É, pois, o sistema que deve adaptar-se às necessidades de seus alunos, e não ao contrário.

Assim, com o pensamento em tais ideias, partimos para investigar como de fato ocorre a educação de surdos sob o paradigma inclusivo.

Um estudo de Caso

Tivemos a oportunidade de realizar este estudo de caso em uma escola pública estadual que possui algumas turmas de inclusão para surdos.

As entrevistas realizadas com duas professoras nos revelaram que, embora a proposta do governo do Estado do Ceará para tal escola seja de uma educação inclusiva, o governo não oferece nenhum suporte para que, de fato, a inclusão ocorra. As professoras relataram que além do governo não proporcionar nenhuma formação específica aos profissionais da educação, não lhes oferecendo apoio pedagógico, nem mesmo um curso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), igualmente não promove um concurso específico para intérprete de Libras, reservando-se o governo à contratação de intérpretes como funcionários terceirizados, quando estes são requisitados pelas escolas, que por sua vez devem justificar o porquê da solicitação, dificultando o processo de interação com o surdo. Além disso, comprometendo seu aprendizado, pois, conforme as professoras, a escola já chegou a ficar dois meses sem a presença de um intérprete.

Para Barbosa apud Ferreira *et al.* (2010) a inclusão de alunos surdos na rede regular não se limita ao ingresso do mesmo, mas requer uma igualdade de oportunidades a todos os alunos, sem distinção, com professores capacitados e comprometidos. Discorrendo sobre essa mesma temática Lacerda apud Lacerda e Poletti (2004, p. 1) ressalta que a condição linguística do surdo deve ser respeitada, pois

Na medida em que a condição linguística especial do surdo é respeitada, aumentam as chances de ele desenvolver-se e construir novos conhecimentos de maneira satisfatória, em contraponto a uma 'inclusão escolar' sem qualquer cuidado especial.

As professoras descreveram a experiência de não haver um intérprete em sala de aula como algo angustiante, principalmente por se tratarem de salas de educação inclusiva,

pois se ainda fossem salas de educação especial, ou seja, no caso só com a presença de alunos surdos, facilitaria a aproximação do professor com estes, pois, segundo as mesmas, todo professor que trabalha com surdos, mesmo que não tendo feito um curso de Libras, acaba aprendendo alguma coisa com a prática, sem mencionar também o fato de poder preparar uma aula específica para atender às necessidades deste público-alvo. Contudo, o fato é que só a convivência sem conhecimentos teóricos não são suficientes, pois essa língua possui suas características e especificidades, devendo ser conhecidas por todos aqueles envolvidos nesse processo de interação, pois do contrário se poderá incorrer em grande erro.

Ao pontuar as principais dificuldades enfrentadas no trabalho com a inclusão na instituição em que trabalham, as entrevistadas destacaram o grande número de alunos surdos, que não deveria ultrapassar cinco por sala, junto com os ouvintes que também já eram em número considerável, além da dificuldade do domínio de Libras e a ausência de intérprete em alguns momentos.

Entre essas dificuldades, fizeram questão de destacar o número de alunos surdos em sala, informou-nos que na escola havia uma turma de 3º ano do ensino médio que possuía oito surdos e quase quarenta ouvintes. As duas professoras relataram em muitos momentos durante a entrevista o fato de ser muito difícil para o docente trabalhar simultaneamente a realidade do surdo e do ouvinte e que por isso naturalmente, sem perceber, o professor acaba dando mais atenção ao discente ouvinte, para aquele que está diretamente interagindo e olhando para ele. Nesse sentido, Ferreira *et al.* (2010) defende ser o Bilingüismo, ou seja, o ensino da língua de sinais e secundariamente o da língua do ouvinte a forma mais adequada para o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo por possuir a plenitude do canal viso-gestual, uma vez que

Muitos estudos mostram que é a proposta mais adequada ao ensino das crianças surdas, pois são adquiridas de forma natural e rápida pelos surdos, proporcionando assim, o acesso a linguagem que ocasiona uma eficaz e completa comunicação, tal qual a utilizada pelos ouvintes. Por meio da língua de sinais o discente surdo possui a liberdade de obter um maior desenvolvimento cognitivo, social emocional (FERREIRA *et al.*, 2010, p.73-74).

As entrevistadas declararam ainda que o trabalho que realizaram há aproximadamente quatro anos na escola com uma turma específica de alunos surdos, antes do governo extinguir essas turmas na escola, era mesmo difícil, pois mesmo sem o domínio da Libras possuía o intérprete e quando este faltava pelo pouco que sabiam poderiam chegar até esses alunos, pois na ocasião não precisavam preparar uma aula pensando em duas realidades

distintas, mas tão somente na educação do surdo. Como pode haver sucesso nesse processo, se não há uma língua compartilhada, favorecendo o aprendizado do aluno? Para Chaveiro *et al.*, (2009) as línguas de sinais não podem ser reduzidas a gestos e mímicas utilizados, uma vez que não são simplesmente uma versão manual das línguas orais, mas constituem um sistema linguístico estruturado como as línguas faladas.

Relacionando a surdez com outro tipo de inclusão, as professoras acreditam que esta é sempre um desafio a ser enfrentado, mas que especificamente o surdo merece uma atenção especial, pois o mesmo não apresenta uma deficiência de caráter cognitivo, ele pode aprender se lhe for proporcionado uma intervenção pedagógica adequada. Assim nos falou uma das entrevistadas: “*Eu fico muito angustiada de não conseguir, a gente sabe que eles têm um grande potencial cognitivo e às vezes pela forma como a gente os conduz eles não consegue aproveitar*”. A fala das professoras nos faz lembrar o pensamento de Ferreira *et al.* (2010, p. 74):

Para que a criança surda alcance o seu desenvolvimento total, a inclusão necessita de acompanhamento adequado, deve-se considerar a capacitação dos professores desempenharem esse trabalho. É importante que o professor possua conhecimento de métodos e técnicas adequadas para a realização de um trabalho sistemático e contínuo de acompanhamento ao desenvolvimento do aluno surdo.

Falando sobre suas crenças acerca da inclusão de surdos na escola em que trabalham, as professoras afirmaram que a inclusão é algo muito difícil de ocorrer na prática. Em termos de socialização entre surdos e ouvintes a inclusão tinha muito a oferecer, pois podiam observar na escola uma boa interação entre estudantes em geral, pois estes não são discriminados por aqueles e alguns ouvintes demonstraram interesse em aprender Libras. Por outro lado, no aspecto cognitivo, elas não consideravam ser bom para o surdo, pois este acaba perdendo muito com essa maneira em que a educação inclusiva tem ocorrido.

Ao indagarmos as entrevistadas com relação ao que acreditam ser necessário para que haja uma autêntica inclusão, as mesmas riram e afirmaram ser essa uma pergunta difícil de responder, mas se fosse possível solucionar o que insensatamente apresentaram como dificuldades, acreditavam que poderia dar certo.

Em relação à educação inclusiva dos surdos de uma forma geral as professoras acreditam que se trata de um tema bastante polêmico, pois, se por um lado existem muitas dificuldades que a impede de realmente funcionar, deve-se também pensar na convivência dos surdos com outras pessoas diferentes deles, ou seja, com os ouvintes, pois não existem processos seletivos para ingresso em instituições de nível superior ou no mundo do trabalho

que sejam específicos para os surdos, pois como um ser social-histórico-cultural, que vive em sociedade, sua vida será sempre pautada pela necessidade de inclusão no mundo, como qualquer outro ser humano. Basta averiguar se estão incluídos de fato ou excluídos sob um discurso falso de inclusão e acesso aos espaços.

A observação em sala de aula (3º ano do ensino médio) nos proporcionou verificar o que as professoras entrevistadas nos haviam falado em relação à dificuldade do professor em trabalhar ao mesmo tempo com alunos surdos e ouvintes interagindo com todos. Raramente a professora da sala na qual observamos, olhava para os discentes surdos. Em alguns momentos parecia que ela ministrava aula somente para os alunos ouvintes, embora percebêssemos que ela não agia assim intencionalmente.

Na ocasião dessa observação em sala, pudemos verificar que não houve muitas interações entre educandos ouvintes e surdos, pois a própria disposição das cadeiras colocava os surdos em um grupinho um pouco mais a frente dos demais de forma a facilitar a visualização da intérprete não favorecia essa integração. Foram raríssimas as interações com os ouvintes nesta circunstância. Ocorreram apenas pequenas brincadeiras na qual alguns ouvintes tentavam articular por meio de “gestos” para os surdos, às vezes sem saber utilizar a Libras. Sendo assim, em alguns momentos para se fazerem compreender recorriam à ajuda do intérprete e do próprio surdo.

Presenciamos muitos alunos surdos dispersos às orientações da atividade que deveriam executar em grupo, com conversas paralelas entre eles e em alguns momentos até com o próprio intérprete. Igualmente notamos uma grande dificuldade dos surdos que ficaram em equipes predominantemente de ouvintes em participar efetivamente do trabalho proposto, a grande maioria se mostrava passiva na realização da atividade proposta.

Em relação à interação fora da sala de aula, nada a esse respeito pudemos constatar em nossas observações, embora, a partir de nossas entrevistas, julgamos existir uma boa relação entre ouvintes e surdos, embora isso se dê limitado ao respeito, à diferença, à vontade de alguns alunos de aprenderem Libras e à participação dos surdos em algumas atividades junto com os ouvintes, esquecendo-se da interação direta, da qualidade de comunicação existente entre os ouvintes e os surdos, sejam esses os ouvintes alunos, professores ou outros funcionários.

Um aspecto de grande relevância em relação à integração que nos chamou muito a atenção durante a entrevista foi a crença das professoras de que a qualidade da interação em sala de aula e inserção dos alunos surdos em atividades extra sala dependem muito do intérprete, pois este, segundo elas, cumpre a função de ser como uma “ponte” ao aluno surdo,

tendo a responsabilidade de fazer com que o conhecimento transmitido em sala chegue até ele, cabendo também ao intérprete a tarefa de motivá-lo e inseri-lo em atividades extra curriculares. Acerca dessa questão, Lacerda e Poletti (2004, p. 15) declaram que

O intérprete participa das atividades, procurando dar acesso aos conhecimentos e isso se faz com tradução, mas também com sugestões, exemplos e muitas outras formas de interação inerentes ao contato cotidiano com o aluno surdo em sala de aula.

As entrevistadas comentaram que a escola já possuiu alguns intérpretes com este perfil de mediador e que os mesmos na ocasião ajudaram a escola na promoção de atividades como peças teatrais e danças que contaram com a participação dos surdos.

Outra dimensão comentada pelas professoras, que se distancia da promoção da interação efetiva, é o fato de não existir nenhum tipo de diálogo da escola com a comunidade surda. As entrevistadas afirmam que mesmo havendo algumas instâncias governamentais e não governamentais que poderiam ajudar a escola pelo menos no domínio da Libras, essas instâncias não parecem muito disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar o quanto à educação inclusiva teoricamente se apresenta como uma proposta sensata e atrativa, pois o ideal seria que o aluno surdo, ou qualquer outro que tenha uma necessidade especial, tivesse direito a uma autêntica inserção em uma escola regular, se assim desejasse, preferivelmente próxima à sua residência. Uma verdadeira educação inclusiva de surdos não se restringiria a simples obrigação de inseri-los fisicamente em um ambiente escolar, mas atentaria para efetivação dessa inclusão em todos os aspectos.

A inclusão de surdos deve passar primeiramente pela valorização da qualidade do ensino oferecido e por uma atenção especial à formação dos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com esses alunos. A escola, como um todo, deve estar apta para atender as necessidades específicas dos alunos surdos, devendo atentar para que haja uma verdadeira interação entre ouvintes e surdos não estando restrita apenas a uma pequena noção da Libras.

Graças aos estudos linguísticos, podemos conhecer e compreender melhor a língua de sinais, uma vez que ela é riquíssima, por essa razão, não faz o menor sentido considerá-la inferior as línguas orais.

Chaveiro *et al.* (2009) nos informa que os muitos estudiosos da língua de sinais têm conseguido comprovar, por meio de suas pesquisas, que a língua de sinais de modo algum é inferior as línguas orais, também demonstram toda a sua complexidade. A língua de sinais é a língua natural do surdo e este poderá ter sua linguagem desenvolvida adequadamente, desde que trabalhada cedo e como de fato deve ser. Cabe ao docente em exercício ou futuro buscar conhecer e trabalhar a língua de sinais ajudando a derrubar os mitos em torno desse sistema de comunicação tão rico e importante, não assumindo a postura de ficar simplesmente esperando por parte do governo que as coisas aconteçam. A verdade é que este profissional tem posto diante de si este desafio. Logo, de nada adiantará assumir uma atitude de vítima, nem de pena ou compaixão pelo aluno surdo, mas ser ativo em buscar os conhecimentos necessários para estar habilitado adequadamente e poder atuar devidamente na educação de estudantes surdos. Além disso, também é importante que ele assuma uma postura militante, como sujeito também político, podendo ser protagonista das transformações sociais.

Mesmo com a necessidade do intérprete, o domínio da Libras proporcionaria ao professor acompanhar o aprendizado do aluno surdo, pois isso é de sua responsabilidade, não devendo, portanto, transferi-la ao intérprete, pois em muitos casos é isso que tem ocorrido nas escolas regulares, culminando no fato de alguns professores se eximirem desse compromisso, assumindo a atitude de transferir ao intérprete, como se nada tivesse a ver com o aprendizado desse aluno, o que requer da escola uma atenção à estas questões. Não se deve punir o professor, mas proporcionar a ele o suporte e a assistência que ele necessita para uma atuação docente de qualidade.

Faz-se necessária a existência de uma equipe pedagógica capacitada, com professores especialistas, com a presença de professores surdos no corpo docente e também com psicopedagogos habilitados, a fim de que todos procedam com um acompanhamento individualizado, adequado às necessidades específicas do aluno surdo.

Referente à promoção de interações entre ouvintes e surdos, é essencial que a escola também busque conhecer a cultura surda, promovendo o conhecimento e integração entre os pares de surdos e ouvintes.

A escola igualmente precisaria conhecer e ensinar Libras a toda a comunidade escolar, ressaltando a importância de tal língua, como um idioma a ser aprendido, pelo menos conhecido, tanto quanto o inglês e o espanhol, vendo-a como a língua materna do surdo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 13 mai. 2012.

CHAVEIRO, Neuma. *et al.* Mitos da língua de sinais na perspectiva de docentes da Universidade Federal de Goiás. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**. Editora Arara Azul Ltda., Petrópolis/RJ, 2009. Edição nº 5. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=187>>. Acesso em: 13 mai. 2012.

FERREIRA, Cristiane Bonifácio, *et al.* A inclusão do aluno surdo na Rede Regular de Ensino. **Revista Mundo & Letras**, José Bonifácio, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 71-82, Mai./2010. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABO4UAC/a-inclusao-aluno-surdo-na-rede-regular-ensino>>. Acesso em 14 mai. 2012

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre estas experiências. In: **Caderno Cedes**, vol 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago.2006.

LACERDA, Cristina e POLETTI, Juliana. A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais. In: Reunião Anual da ANPEd, 27., Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu: FAPESP, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt15/t151.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, RJ, WVA Editora e Distribuidora Ltda., 1997.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p.8-32

TENOR, Ana Claudia. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores da rede municipal de ensino de Botucatu**. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2008.